

CAFELÂNDIA, 21 DE MAIO DE 2021

JORNAL
Integração

EDIÇÃO SEMANAL - Nº 1822

Contatos: mario@mariovicente.com.br - (45) 9 9954-3000



Diálogo sobre menstruação pode quebrar tabú e diminuir a pobreza menstrual

Em âmbito federal, a deputada Tabata Amaral (PDT-SP) é relatora do projeto que prevê a distribuição gratuita de absorventes em espaços públicos, assim como já acontece com preservativos desde a década de 90. **LEIA MAIS NA PG 3**



Cooperando com a
economia da sua casa!

Copacol
Supermercados



Cafelândia realiza blitz educativa para alertar sobre acidentes de trânsito



O município de Cafelândia, através da secretária de Educação e Cultura, Administração e Governo juntamente com a Polícia Militar, Conselho de Segurança Pública - Conseg - e Associação Comercial e Industrial - ACICAF - realizaram agora pela manhã (20) uma blitz educativa na rotatória da Praça Brasília. A ação, que reuniu crianças do Cmei João XXIII, teve como objetivo chamar a atenção dos motoristas sobre os riscos de acidente de trânsito.

"Estamos iniciando a campanha do Maio Amarelo e estaremos desenvolvendo uma série de atividades e ações durante todo o mês de maio, com outdoors, panfletos, e divulgação em rede social. Nossa meta é alertar sobre vícios e ações imprudentes que são realizadas no trânsito e que pode inclusive custar a vida", destacou o presidente do Conseg, soldado Thiago

Camargo de Freitas.

A secretária de Educação e Cultura, professora Rozane Pitol, parabenizou a ação de mobilização junto as crianças. "Ação é importantíssima e visa orientar não só os motoristas, mas as crianças, de forma lúdica e ao mesmo tempo concreta, com essa blitz, onde nossas crianças puderam se sentir um pouco policiais hoje e ainda orientar todos que passaram pela Praça sobre a importância de usar o cinto de segurança e de não falar ao celular enquanto dirige. Momento de aplicar o que é visto em sala de aula, na prática", destacou a secretária.

A ação contou com apoio especial do canil da Polícia Militar, Sargento Cardoso, responsável pela Polícia de Cafelândia e ainda da equipe da Rotam.

Cafelândia e Itaipu avançam nos projetos de reforma de terraços para produtores rurais



O município de Cafelândia, através da secretaria de Viação e Obras e de Agricultura e Meio Ambiente e em parceria com a Itaipu Binacional está realizando a reforma de terraços - técnica agrícola de conservação do solo empregada em terrenos com declividade, permitindo o seu cultivo e, simultaneamente, o controle da erosão hídrica. A parceria tem como objetivo auxiliar os agricultores e ainda evitar erosões de solo. "Nosso grande objetivo é preservar o bem mais precioso que temos: a água. Agradecemos imensamente a Itaipu Binacional pela parceria e aos agricultores, além de toda equipe da secretaria de Obras e de Agricultura que não têm medido esforços para que essa ação aconteça. Do total de terraços e reformas de terraços planejados para esse ano de 2021, já executamos 50% do projeto", destacou o secretário de Agricultura e Meio Ambiente, Fernando Muller. Na última semana, os secretários Leonardo Koelher (Viação e Obras); Fernando Muller (Agricultura e Meio Ambiente) e os diretores Osni Eising e Rogério Schimit estiveram visitando as bacias dos rios Iguaçuzinho, água do moinho, água do gato, Santa Luzia e córrego Cafelândia que já foram atendidas na ação. "Queremos ainda ressaltar que os produtores rurais que necessitam de melhorias ou de construção desses terraços que procurem a secretaria de Agricultura para que possamos incluir no projeto e ajudar assim a preservar nossos rios e mananciais, evitando que a terra seja levada para dentro dos leitos de rios", informou Muller. Maiores informações e agendamento da ação pode ser feita ainda via telefone: (45) 3241 4300.

Eder segue em 2º no Footgolf do Brasil deste ano



O atleta cafelandense de Footgolf começou o ano com fôlego grande para as primeiras competições do novo esporte no Brasil. Recentemente, valendo pela última rodada do Campeonato Brasileiro de 2020, Eder ficou em 6º lugar na classificação geral. Para os jogos deste ano, que vale para o campeonato de 2021 até o momento ele leva o 2º lugar como melhor jogador do Brasil.

O FuteGolf

Pratica-se de forma semelhante ao golfe, porém chutando uma bola de futebol ao invés de bater as tacadas, e com todos os benefícios de aproveitar as sempre magníficas paisagens do campo de golfe. O buraco localizado em greens provisórios (ao redor dos greens de golfe) tem a dimensão proporcional para que a bola de futebol possa ser emboca-

da com o mastro da bandeira colocado (52 centímetros de diâmetro). O jogo oficial é composto por 18 buracos em um mix de pares 3, 4 e 5, como no golfe, e com distâncias proporcionais aos chutes dados na bola. Em média, um par 3 tem 90 metros, um par 4 tem 130 metros e um par 5 tem 180, mas nos grandes torneios essas distâncias podem aumentar em até 50%. No início de cada buraco a bola deve ser chutada dentro dos limites do tee box, e na sequência tantos

chutes quantos sejam necessários para embocar a bola no buraco. As regras são praticamente iguais às do golfe, que ditam que a bola deve ser jogada de onde se estiver contando cada toque nela.

A indumentária obrigatória deixa o visual dos jogadores muito alegre: chuteira de futebol society, meião de futebol, bermuda e camisa polo com gola. Geralmente uma partida de footgolf é bem ágil, levando duas horas para ser completada.



CONSULTEC CONTABILIDADE E ASSESSORIA LTDA

RUA JUVENTINO GONCALVES, 201 - CENTRO - CAFELANDIA-PR
(45) 3241-1303 | (45) 99834-4045

CLAUDINEI FÁVERO CRC/PR-036099/O-7
EDILSON FÁVERO CRC/PR-036290/O-2
JOEDIR FRANCISCO DE RÉ CRC/PR-039002/O-2

Diálogo sobre menstruação pode quebrar tabú e diminuir a pobreza menstrual



Falar sobre menstruação ainda é um tabu na sociedade. Apesar de ser um processo natural, saudável, que ocorre todos os meses com as mulheres, o tema é constantemente silenciado, o que faz muitas meninas se sentirem envergonhadas de menstruar ou até mesmo de abordar o assunto.

Muitas expressões são usadas para dizer que uma mulher está menstruada sem se referir ao termo "menstruação": "estar de chico", "estar naqueles dias", tudo isso para evitar uma palavra.

Esse tipo de comportamento em relação a menstruação pode trazer muito desconhecimento e visões erradas sobre o assunto, e ainda ser prejudicial para meninas e mulheres que têm pouco acesso a informações sobre como gerenciar sua saúde íntima e ainda, muitas vezes, colaborar para a pobreza menstrual.

A pobreza menstrual consiste em uma realidade onde, por exemplo, meninas de baixa renda não têm condições de acesso a um absorvente, ou até a saneamento básico propício para lidar com esses dias. A falta de políticas públicas e investimento nessa questão, que também não propõe um acesso geral a produtos menstruais, faz com que muitas delas faltem às aulas nesse período, todo mês, até por não ter, nas escolas, um banheiro em boas condições de uso para atender essas meninas.

Em um país onde 1,5 milhão de brasileiras vivem em residências sem banheiros, a escola poderia ser um local para que mulheres tivessem acesso

ao saneamento básico e a produtos menstruais. A realidade, porém, é diferente: de acordo com dados da Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar (PENSE) do IBGE de 2015, cerca de 213 mil meninas frequentam escolas que não têm banheiro em condições de uso. 65% dessas garotas são negras.

Em 2014, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu que o direito das mulheres à higiene menstrual é uma questão de saúde pública e de direitos humanos. E o que deveria ser um direito é, muitas vezes, um luxo. A ONU estima que uma em cada dez meninas perdem aula quando estão menstruadas.

Através de projetos de lei, porém, mulheres estão tentando inverter essa situação e garantir o direito pela dignidade menstrual a milhares de brasileiras. O que não significa melhoras apenas na saúde e na higiene pública, mas também implica em resultados positivos para a educação e a economia do país.

A realidade das mulheres no sistema prisional também traz esse problema da pobreza menstrual, já que elas estão em uma situação ainda pior de abandono pelo Estado. Muitas mulheres chegam a utilizar miolos de pão, jornais, papel higiênico ou tecidos para controlar os fluxos, o que gera grandes riscos à saúde, podendo culminar em infecções ou casos mais graves, como cistite e candidíase. Em outras situações, o recebimento desses itens fica por conta da própria detenta, logo elas dependem de pacotes com itens fornecidos pelos familiares nas

visitas. Porém, as presas são comumente abandonadas pelos familiares e parceiros quando condenadas e, dessa forma, não recebem nada da família - nem visitas, nem itens básicos.

No sentido de promover uma conscientização maior sobre o assunto e também mudar essa realidade de precarização da menstruação, o Projeto de Lei "Menstruação sem Tabu" começou a levar a discussão a público para proporcionar uma abordagem real a respeito da questão. Apenas no Rio de Janeiro e no Distrito Federal o PL já avançou, e a distribuição de absorventes íntimos gratuitos começou a ser colocada em prática. Em São Paulo, a Deputada Estadual responsável pelo projeto "Menstruação sem Tabu" é Marina Helou (REDE).

Em âmbito federal, a deputada Tabata Amaral (PDT-SP) é relatora do projeto que prevê a distribuição gratuita de absorventes em espaços públicos, assim como já acontece com preservativos desde a década de 90.

Falar sobre o assunto, e tratar a menstruação como algo natural e normal, é prioridade para diminuir as desigualdades de gênero e sociais existentes entre mulheres e homens. Não existe problema em menstruar, o sangue da menstruação é o único que não provém de nenhum tipo de violência. Abafar o assunto é silenciar milhares de realidades de mulheres do mundo todo.

Com informações do IBGE, Universa e ponte.org. Giovanna Trevelin - Jornal Integração

Vereadora de Cafelândia solicita aumento de efetivo para Polícia Militar



Nesta terça-feira (18/05), a vereadora de Cafelândia Fernanda Dalprá (PSDB), esteve reunida pela manhã com o Coronel Hudson Leôncio Teixeira, comandante geral da 5ª CRPM de Cascavel-PR, e também com o Tenente-Coronel do estado do Paraná, Rui Noé Barroso Torres, onde protocolou o Ofício n.º 142/21 solicitando a ampliação do efetivo de Policiais Militares de Cafelândia, visando atender a atual demanda que há.

A presente solicitação tem por objetivo adequar o efetivo de Policiais Militares de Cafelândia de forma que possibilite o atendimento a altura das necessidades de nossa população na área de Segurança Pública.

Fernanda comenta: "Nosso município encontra-se com o quadro reduzido de policiamento, ficando um dia descoberto de atendimento a cada 3 dias de escala. Tendo apenas como plantão neste dia o contato de telefone que fica no município de Nova Aurora".

Coronel Teixeira, assim como o Tenente-Coronel Barroso, relataram as dificuldades encontradas na questão do efetivo da polícia militar. "No momento não há como aumentar o efetivo para os municípios, pois não há mão de obra humana, por não haver concurso público desde 2012". Conclui ainda que irão tomar providências para sanar os problemas que vêm ocorrendo não só no município de Cafelândia, mas em demais municípios da região.

Para que seja solucionado a criminalidade no município de Cafelândia, serão encaminhados reforços, para fazer ronda e fazer a segurança dos municípios, até que haja profissionais para somarem ao quadro de polícias efetivos.

A vereadora Fernanda Dalprá agradeceu o excelente atendimento e a disponibilidade dos oficiais neste dia e conta com o pronto atendimento desta solicitação que vem de encontro com o anseio da sociedade cafelandense.

Pise firme com este nome

CENTER CALÇADOS

Cafelândia PR. (45) 99962-0587

Lei Aldir Blanc: funcionários públicos, conselheiros e até membros de comissão foram premiados



O Paraná recebeu em 2020 recursos no valor de R\$ 71,9 milhões da Lei Aldir Blanc, no entanto não ocorreu ampla distribuição devido aos editais excludentes praticados no estado, que exigiam currículo, mérito, certidões negativas (incompatível com a urgência do atendimento numa pandemia). Como resultado, não foram gastos R\$ 55 milhões. Foram atendidas 668 pessoas premiadas no Inciso I e 1480 pessoas no Inciso III. Com as sobras gerais, 10.108 trabalhadores da cultura poderiam receber um salário mínimo por 5 meses.

Apurações realizada pelo Fórum de Cultura do Paraná, a pedido da classe, analisaram documentos que comprometem os resultados dos editais da Lei Aldir Blanc em Curitiba e no Paraná. Existem suspeitas de malversação do uso de recursos públicos, envolvendo as verbas da Lei 14.017/2020 (Lei Aldir Blanc) criada para prote-

ger trabalhadores da cultura dos efeitos da pandemia. Os dados e aspectos jurídicos foram atestados pelo Observatório da Cultura do Brasil, e, para apurar os casos, foram criadas as comissões de fiscalização no Conselho Estadual de Cultura e na Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa do Paraná, além de envios ao CGE, TCE, Ministério Público, entre outros.

Segundo ex-membros do CONSEC (Conselho Estadual de Cultura), a distribuição de recursos ocorreu sem o cuidado mínimo exigido de averiguação das fases de habilitação, homologação, ordenador de despesas e certificação. Os conselheiros, ao se referirem à Superintendência Estadual de Cultura alegaram que o controlador interno deste órgão poderia ter reagido, mas não o fez. Agora que as atividades demonstram indícios de irregularidades, cabe aos órgãos de controle externo tomarem providências.

Que denúncias são essas?

O CGE-PR descobriu 217 beneficiários irregulares no auxílio (INCISO I) da Lei Aldir Blanc. O pesquisador cultural e cientista político Manoel J de Souza Neto, que assina relatórios do Fórum, afirmou que somente no edital "Prêmio Jornada em Reconhecimento à Trajetória" (nº 003/2020), foram localizados 28 funcionários públicos

premiados em R\$20 mil reais cada (e-protocolo do Estado do Paraná 17.537.573-2), totalizando 560 mil reais em prêmios indevidos. De um lado os recursos deveriam ser assistenciais (e-protocolo 17.519.479-7), e do outro, se tratam de recursos que não deveriam premiar funcionários públicos, que estariam fora do escopo e dos objetivos da Lei Aldir Blanc.

Ainda segundo Manoel, nestas denúncias de vícios em edi-

tais durante a pandemia ficaram mais nítidas as contradições deste modelo de fomento à cultura, que seria excludente (Processos_17085.751-8 e 17.598.757-6 no e-protocolo). Vazamento de documentos apontam ainda outras irregularidades, como membros da comissão que contribuiu na elaboração do edital da Lei Aldir Blanc em Curitiba influenciando no processo, concorrendo aos editais em Curitiba e sendo premiados. Seriam suspeitas de que os processos licitatórios seriam viciados, diante da lei 8.666/1993 que veda a participação de autores do projeto básico ou executivo licitatório, ou de quem tenha capacidade de influir sobre os editais, segundo decisões de TCEs pelo Brasil.

Ajustes na aplicação da lei para favorecer a maioria dos artistas

Existem estudos de que seria possível, através de doação civil, distribuir os recursos com bolsas para a ampla maioria dos fazedores de cultura do estado. Neste sentido, corre na ALEP, o PL 168/2021 que se aprovado, pode dar solução ao caso, garantindo que os recursos cheguem aos que realmente precisam dos recursos.

Acesso aos documentos:

<https://pt.scribd.com/document/506283871/SOUZA-NETO-Manoel-Processo-Viciado-Lei-Aldir-Blanc-Proces>

É hora de dar um UP NA SUA CONEXÃO!!

Saia para sua casa, empresa ou no campo, temos planos e vantagens que vão elevar sua experiência com a internet!

Vem ser Delta!
Entre em contato com a gente!

Canal de vendas:
☎ 0 800 63 317
☎ 0 99 62 4939
☎ 0 41 15 2431
☎ 0 62 15 0830

Delta
lecom

MEGALar
móveis e eletros

RENOVE SUA Sala de Jantar

ACESSE AGORA

www.LOJASMEGALAR.com.br

AGORA A INGLÊ É SITE

A PEÇA QUE FALTAVA

CAFELÂNDIA PR
(45) 3241 - 1077 ou (45) 9 9975 - 0488

NOVA AURORA PR
(45) 3243 - 1382 ou (45) 9 9880 - 0216

@MEGALARMOVEISELETROS

Deputados ressaltam importância de mobilização da ALEP sobre pedágio

Os deputados estaduais paranaenses frisaram a importância da mobilização da Assembleia Legislativa do Paraná para a mudança de postura do governo federal na proposta do novo modelo de licitação do pedágio. As manifestações ocorreram durante a reunião da Frente Parlamentar sobre o Pedágio realizada nesta quinta-feira (20) para discutir os impactos do novo pedágio na região de Jacarezinho, no Norte Pioneiro do Estado. Após um encontro realizado em Brasília esta semana entre o governador Carlos Massa Ratinho Júnior e o presidente da República, foi anunciada a alteração da proposta inicial, atendendo ao pedido dos parlamentares por uma modelagem que privilegie o menor preço.

De acordo com os parlamentares que participaram do encontro, a organização dos 54 deputados estaduais pode permitir uma mudança no novo modelo, deixando o pedágio mais seguro e barato. O encontro reuniu a classe política, sociedade civil e setor produtivo de Jacarezinho e do Estado. Os deputados frisaram ainda que o modelo híbrido de concessão onerosa pode ser extremamente prejudicial.

O vice-coordenador da Frente Parlamentar, deputado Evandro Araújo (PSC), disse que o posicionamento unânime da Assembleia foi fundamental para o processo. "Esta é mais uma mobilização da Assembleia Legislativa que vem dando resultado. Chamou a atenção do governo federal este grito da população paranaense. Vamos acompanhar a proposta até o final para que as demandas da sociedade sejam atendidas pela ANTT", disse.

O deputado Tercílio Turini (CDN) chamou a atenção para a necessidade de se continuar a discussão. "Não podemos errar agora. É o futuro do Paraná que está em jogo. Tivemos uma grande vitória nesta semana, mas temos ainda outras questões importantes e locais, como a localização de praças de pedágio. Por isso a Assembleia tem levado a discussão para todo o Estado", disse.

A visão é semelhante a do deputado Professor Lemos (PT). "Após muitos debates, recebemos a notícia de que o presidente da República concorda com que tenhamos o menor preço. Queremos que o edital seja reformulado para que baixemos mais o preço. As novas praças desestimulam as empresas a investirem no Paraná, diminuindo as vagas de emprego. Agora é chegada a hora de fazermos justiça sem novas praças e com preço justo", frisou. "Somos contra a imposição do pedágio, a taxa de outorga e o de grau tarifário. O pedágio é uma porteira contra o desenvolvimento. Seguiremos nesta luta para punir todos os que saquearam o povo paranaense", complementou o deputado Soldado Fruet (PROS).

Para o deputado Anibelli Neto (MDB), a mudança de postura do governo federal mostra a importância da união dos paranaenses. "Todo o trabalho da Assembleia teve apoio da sociedade e do setor produtivo, que culminou com a conversa do governador com o presidente. O governador entendeu que o Paraná não aceita mais esse modelo que prejudicou o crescimento do Estado. Ficamos felizes, mas queremos a confirmação com a publicação do edital de licitação. O Paraná unido mostra



Acima Comissão dos deputados da ALEP e ao lado, o deputado Evandro Araújo (PSC). Foto de Daile Felberg

sua força", disse. "Quero que todos tenham consciência do trabalho da Assembleia que uniu todo o Paraná. Agora, temos de

pedir que a Frente Parlamentar e o G7 façam parte do grupo de trabalho que vai discutir a nova modelagem. Este é o apelo que

fazemos, de que o governo federal deixe para o Paraná a elaboração do modelo", reforçou o senador Flávio Arns (PODE).



— PROMOÇÃO SICOOB —

Investir É PARA tod@s

POUPANÇA | RDC | LCI | LCA |
PREVIDÊNCIA | CONTA CAPITAL

INVISTA A PARTIR DE R\$ 200,00 E CONCORRA A PONTOS NO SHOPPING VIRTUAL COOPERA.

- 50 PRÊMIOS DE R\$ 5 MIL EM PONTOS
- 10 PRÊMIOS DE R\$ 10 MIL EM PONTOS

Participação válida até 30 de junho

Cadastre-se e participe:
sicoob.com.br/paratodos

CENTRAL DE ATENDIMENTO
Capital e Regiões Metropolitanas: 4000 3131 - Demais regiões: 0800 642 000
Ouvidoria: 0800 725 0996 - de seg. a sex., das 8h às 20h - ouvidoria@sicoob.com.br
Deficientes Auditivos ou de Fala: 0800 940 0458 - de seg. a sex., das 8h às 20h

SICOOB
Faça parte.

A PANDEMIA ESTÁ DEIXANDO
**MARCAS MAIS
PROFUNDAS**
DO QUE VOCÊ IMAGINA.

**DIGA NÃO À
VIOLÊNCIA
CONTRA CRIANÇAS
E ADOLESCENTES!**



Prefeitura de

Cafelândia

